

**ROGÉRIO
SANCHES
CUNHA**

MANUAL DE

DIREITO PENAL

volume único

PARTE GERAL
(arts. 1º ao 120)

2021



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

9^a
edição

revista
atualizada
ampliada



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051
- Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lopescorrea@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

C972m Cunha, Rogério Sanches.
Manual de direito penal: parte geral (arts. 1º ao 120) / Rogério Sanches Cunha. –
9. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: JusPODIVM, 2021.
768 p.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5680-259-6.

1. Direito penal. 2. Parte geral. I. Título.

1188176

CDD 341.5

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Índice de Perguntas.....	25
--------------------------	----

Parte 1

INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL

► *Capítulo I*

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PENAL.....	33
1. Definição.....	33
2. Direito Penal, Ciência do Direito Penal, Criminologia e Política Criminal.....	35
3. Funcionalismo.....	36
4. Categorias do Direito Penal	37
5. “Privatização” do Direito Penal	43
6. As velocidades do Direito Penal	45

► *Capítulo II*

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL.....	47
1. Introdução.....	47
2. Vingança Penal	47
2.1. Vingança divina.....	47
2.2. Vingança privada.....	47
2.3. Vingança pública.....	48
3. Direito Penal na Grécia Antiga	49
4. Direito Penal em Roma	49
5. Direito Penal Germânico	50
6. Direito Penal na Idade Média	51
7. A Idade Moderna, o período humanitário e o Iluminismo	52
8. Escolas Penais.....	54
8.1. A Escola Clássica	54
8.2. A Escola Positiva.....	55

2.3.	Princípios relacionados com o agente do fato	122
2.3.1.	Princípio da responsabilidade pessoal.....	122
2.3.2.	Princípio da responsabilidade subjetiva.....	122
2.3.3.	Princípio da culpabilidade.....	123
2.3.4.	Princípio da igualdade	123
2.3.5.	Princípio da presunção de inocência (ou da não culpa).....	125
2.4.	Princípios relacionados com a pena	130
2.4.1.	Princípio da dignidade da pessoa humana	130
2.4.2.	Princípio da individualização da pena	131
2.4.3.	Princípio da proporcionalidade	131
2.4.4.	Princípio da pessoalidade.....	131
2.4.5.	Princípio da vedação do “bis in idem”.....	131
▶ <i>Capítulo VI</i>		
	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO	137
1.	Introdução.....	137
2.	Tempo do crime	137
3.	Sucessão de leis no tempo	138
3.1.	Sucessão de lei incriminadora	139
3.2.	<i>Novatio legis in pejus</i>	139
3.3.	<i>Abolitio criminis</i>	141
3.4.	<i>Novatio legis in melius</i>	143
3.5.	Princípio da continuidade normativo-típica	148
4.	Lei temporária e lei excepcional.....	149
4.1.	Constitucionalidade das leis temporárias e excepcionais	150
5.	Lei penal no tempo: questões complementares.....	150
5.1.	Retroatividade da jurisprudência	150
5.2.	Retroatividade da lei penal no caso de norma penal em branco	155
5.3.	Lei intermediária.....	157
▶ <i>Capítulo VII</i>		
	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO.....	159
1.	Princípios aplicáveis e territorialidade	159
2.	Lugar do crime.....	163
3.	Extraterritorialidade.....	164
4.	Pena cumprida no estrangeiro	169

▶ *Capítulo VIII*

EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS.....	171
1. Introdução.....	171
2. Imunidades diplomáticas	171
3. Imunidades parlamentares	173
3.1. Imunidade parlamentar absoluta (<i>freedom of speech</i>).....	173
3.2. Imunidade parlamentar relativa	175
3.2.1. Relativa ao foro	176
3.2.2. Relativa à prisão.....	178
3.2.3. Relativa ao processo	182
3.2.4. Relativa à condição de testemunha	183
3.3. Imunidades parlamentares e o estado de sítio	184
3.4. Imunidades do parlamentar licenciado	184
3.5. Imunidades dos deputados estaduais.....	184
3.6. Imunidades dos vereadores	188
3.7. Foro por prerrogativa de governadores.....	191
3.8. Foro por prerrogativa de membros do Ministério Público e da Magistratura.....	192
3.9. Foro por prerrogativa de função x Tribunal do Júri	194

▶ *Capítulo IX*

DISPOSIÇÕES FINAIS	197
1. Eficácia da sentença estrangeira	197
2. Contagem do prazo	199
3. Frações não computáveis da pena	199
4. Conflito aparente de normas.....	199
4.1. Especialidade (<i>lex specialis derogat legi generali</i>)	201
4.2. Subsidiariedade (<i>lex primaria derogat legi subsidiariae</i>)	202
4.3. Consunção (<i>lex consumens derogat legi consumptae</i>)	203

*Parte 2***TEORIA GERAL DO CRIME**▶ *Capítulo I*

INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DO CRIME	207
1. Introdução.....	207
2. Infração penal, crime, delito e contravenção penal	208

3.	Diferenças entre crime e contravenção penal.....	210
3.1.	Quanto à pena privativa de liberdade imposta.....	210
3.2.	Quanto à espécie de ação penal.....	210
3.3.	Quanto à admissibilidade da tentativa	211
3.4.	Quanto à extraterritorialidade da lei penal brasileira	211
3.5.	Quanto à competência para processar e julgar	211
3.6.	Quanto ao limite das penas.....	211
3.7.	Quanto ao período de prova do <i>sursis</i>	212
3.8.	Quanto ao cabimento de prisão preventiva e temporária.....	212
3.9.	Quanto à possibilidade de confisco	212
3.10.	Quanto à ignorância ou à errada compreensão da lei.....	212
4.	Sujeitos do crime	213
4.1.	Sujeito ativo.....	213
4.2.	Vítima e Sujeito passivo	220
4.2.1.	Vítima	220
4.2.1.1.	Classificações de vítimas.....	222
4.2.1.2.	Vitimização	224
4.2.1.3.	Vitimização primária, vitimização secundária e vitimização terciária	226
4.2.2.	Sujeito passivo	227
5.	Objetos (material e jurídico) do crime material.....	232
6.	Classificação doutrinária de crimes.....	235
6.1.	Crime material, formal e de mera conduta	235
6.2.	Crime comum, próprio e de mão própria.....	236
6.3.	Crime doloso, culposo e preterdoloso.....	236
6.4.	Crime instantâneo, permanente e instantâneo de efeitos permanentes.....	236
6.5.	Crime consumado e tentado	237
6.6.	Crime de dano e de perigo	238
6.7.	Crime simples, complexo, qualificado e privilegiado.....	238
6.8.	Crime plurissubjetivo e unissubjetivo	240
6.9.	Crime comissivo e omissivo.....	240
6.10.	Crime unissubsistente e plurissubsistente.....	241
6.11.	Crime habitual.....	241
6.12.	Outras classificações	241
7.	Substratos do crime.....	253

▶ *Capítulo II*

FATO TÍPICO	255
1. Introdução.....	255
2. Conduta.....	255
2.1. Teoria Causalista	256
2.2. Teoria Neokantista	259
2.3. Teoria Finalista	263
2.4. Teoria social da ação.....	266
2.5. Teorias funcionalistas.....	268
2.5.1. Funcionalismo Teleológico, Dualista, Moderado ou da Política Criminal.....	269
2.5.2. Funcionalismo Radical, Sistemico ou Monista	270
2.6. Teoria da ação significativa	273
2.7. Características e elementos da conduta	274
2.8. Causas de exclusão da conduta	275
2.8.1. Caso Fortuito ou de Força Maior	275
2.8.2. Involuntariedade.....	276
2.8.3. Coação física irresistível (vis absoluta)	277
2.9. Formas de conduta.....	277
2.9.1. Quanto à voluntariedade do agente	277
2.9.1.1. Do crime doloso.....	277
2.9.1.2. Do crime culposo	283
2.9.1.3. Do crime preterdoloso	293
2.9.2. Erro de tipo.....	295
2.9.2.1. Erro de tipo x Erro de proibição	295
2.9.2.2. Erro de tipo: espécies	296
2.9.2.3. Erro de tipo: questões complementares.....	304
2.9.3. Quanto ao modo de execução.....	307
2.9.3.1. Crime comissivo.....	307
2.9.3.2. Crime omissivo	307
2.9.3.3. Crime de conduta mista.....	313
3. Resultado.....	314
4. Nexo causal.....	318
4.1. Conceito.....	318
4.2. Concausas	321
4.3. A teoria da imputação objetiva.....	325
4.3.1. Criação ou incremento de um risco proibido.....	327

4.3.2.	Realização do risco no resultado.....	329
4.3.3.	Resultado se encontra dentro do alcance do tipo.....	329
4.4.	Causalidade nos crimes omissivos.....	330
5.	Tipicidade penal.....	331
5.1.	Evolução da tipicidade penal.....	331
5.2.	Tipicidade conglobante.....	333
5.3.	Espécies de tipicidade formal.....	334
5.4.	Tipo penal: elementos.....	335
5.5.	Tipo penal: modalidades.....	337

► *Capítulo III*

ILICITUDE.....	339	
1.	Conceito.....	339
2.	Relação entre tipicidade e ilicitude.....	341
3.	Causas excludentes da ilicitude (descriminantes ou justificantes).....	343
3.1.	Estado de necessidade.....	345
3.1.1.	Requisitos do estado de necessidade.....	346
3.1.2.	Estado de necessidade e erro na execução.....	352
3.2.	Legítima defesa.....	352
3.2.1.	Requisitos da legítima defesa.....	353
3.2.2.	Legítima defesa e erro na execução.....	359
3.2.3.	Legítima defesa da honra nos crimes contra a vida.....	360
3.3.	Estrito cumprimento de um dever legal.....	362
3.4.	Exercício regular de um direito.....	364
3.4.1.	A problemática dos “ofendículos”.....	365
3.5.	Consentimento do ofendido.....	366
3.6.	<i>Ticking Bomb Scenario Theory</i> : o emprego da tortura na iminência de um ato terrorista.....	368
4.	Excesso nas justificantes.....	371
5.	Descriminante putativa.....	373

► *Capítulo IV*

CULPABILIDADE.....	375	
1.	Conceito.....	375
2.	Teorias da culpabilidade.....	377
2.1.	Teoria psicológica da culpabilidade.....	377
2.2.	Teoria psicológica normativa.....	378

2.3.	Teoria normativa pura da culpabilidade (extremada e limitada).....	378
2.4.	Teoria da coculpabilidade	379
3.	A culpabilidade do autor x culpabilidade do fato	380
4.	Culpabilidade formal e material.....	381
5.	Elementos da culpabilidade	381
5.1.	Imputabilidade.....	381
5.1.1.	Causas de imputabilidade	383
5.1.2.	A imputabilidade do índio não integrado	391
5.1.3.	A emoção e paixão	392
5.1.4.	A constatação da imputabilidade	392
5.2.	Potencial consciência da ilicitude	393
5.2.1.	Erro de proibição.....	395
5.2.1.1.	Espécies de erro de proibição.....	397
5.2.1.2.	Erro de proibição e erro de tipo	398
5.3.	Exigibilidade de conduta.....	398
5.3.1.	Coação irresistível	399
5.3.1.1.	Requisitos da coação irresistível	399
5.3.2.	Obediência hierárquica	401
5.3.2.1.	Requisitos da obediência hierárquica.....	402
5.3.3.	Dirimentes supraleais.....	403
5.4.	Síntese das causas legais de exclusão da culpabilidade.....	406

► *Capítulo V*

PUNIBILIDADE.....	407	
1.	Conceito.....	407
2.	Causas de extinção da punibilidade.....	408
2.1.	Morte do agente.....	410
2.2.	Anistia, graça e indulto.....	411
2.2.1.	Anistia, graça e indulto e os crimes hediondos e equiparados.....	414
2.3.	“Abolitio criminis”	417
2.4.	Decadência	417
2.5.	Perempção.....	419
2.6.	Prescrição	419
2.6.1.	Conceito	419
2.6.2.	Hipóteses de imprescritibilidade	420
2.6.3.	Prescrição: fundamentos.....	421
2.6.4.	Prescrição: espécies.....	421

2.6.4.1.	Prescrição da pretensão punitiva	422
2.6.4.2.	Prescrição da pretensão executória (PPE)	440
2.6.5.	Prescrição e atos infracionais.....	446
2.6.6.	A prescrição da pena de multa	446
2.6.7.	A redução dos prazos prescricionais (art. 115 do CP)	449
2.7.	Renúncia ao direito de agir.....	451
2.8.	Perdão (aceito) do ofendido.....	452
2.9.	Retratação do agressor.....	453
2.10.	Perdão judicial	454
▶	<i>Capítulo VI</i>	
	“ITER CRIMINIS”	459
1.	Introdução.....	459
2.	Fases do crime	459
2.1.	Cogitação	459
2.2.	Atos preparatórios	460
2.3.	Atos executórios	460
2.4.	Consumação	462
3.	Crime consumado	463
4.	Da tentativa	464
4.1.	Infrações penais que não admitem tentativa	468
5.	Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	470
5.1.	Desistência voluntária	472
5.2.	Arrependimento eficaz.....	474
6.	Arrependimento posterior	475
6.1.	Situações especiais de reparação do dano ou restituição da coisa	478
7.	Crime impossível.....	481
▶	<i>Capítulo VII</i>	
	CONCURSO DE PESSOAS NA PRÁTICA DE CRIMES	485
1.	Introdução.....	485
2.	Conceito.....	485
3.	Requisitos	486
4.	Formas de praticar o crime quanto ao sujeito	488
4.1.	Autoria (<i>Animus auctoris</i>).....	488
4.2.	Autoria mediata	491
4.3.	Autoria colateral.....	496

4.4. Multidão delinquente.....	497
4.5. Coautoria.....	497
4.6. Participação (<i>Animus socii</i>).....	499
4.6.1. Participação em cadeia e participação sucessiva.....	501
4.6.2. Participação negativa.....	501
5. Concurso de pessoas em crimes culposos.....	502
6. Concurso de pessoas em crimes omissivos.....	502
7. Punibilidade no concurso de pessoas.....	504
8. Participação de menor importância.....	504
9. Participação dolosamente distinta.....	506
10. Comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares.....	507
11. Participação impunível.....	508

Parte 3

TEORIA GERAL DA PENA

▶ Capítulo I

CONCEITO E FUNDAMENTOS DA PENA.....	513
1. Introdução.....	513
2. Finalidades (ou funções) da pena.....	514
2.1. Finalidade da pena no Brasil.....	515
3. Justiça restaurativa, justiça reparatoria e justiça negociada.....	516
4. Princípios informadores da pena.....	525
5. Penas proibidas no Brasil.....	532
6. Penas permitidas no Brasil.....	534

▶ Capítulo II

APLICAÇÃO DA PENA.....	537
1. Introdução.....	538
2. Fixação da pena privativa de liberdade.....	538
3. Primeira fase de aplicação da pena.....	539
3.1. Culpabilidade do agente.....	543
3.2. Antecedentes do agente.....	544
3.3. Conduta social do agente.....	548
3.4. Personalidade do agente.....	548
3.5. Motivos do crime.....	550

3.6.	Circunstâncias do crime.....	551
3.7.	Consequências do crime	551
3.8.	Comportamento da vítima	552
4.	Segunda fase de aplicação da pena	553
4.1.	Das agravantes.....	554
4.1.1.	Reincidência (art. 61, I).....	557
4.1.2.	Motivo fútil ou torpe (art. 61, II, “a”).....	562
4.1.3.	Crime cometido para facilitar ou assegurar a execução ou ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (art. 61, II, “b”) ...	563
4.1.4.	Crime cometido com traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (art. 61, II, “c”).....	563
4.1.5.	Crime praticado com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (art. 61, II, “d”).....	563
4.1.6.	Crime praticado contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (art. 61, II, “e”)	564
4.1.7.	Crime praticado com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade ou com violência contra a mulher, na forma da lei específica (art. 61, II, “f”).....	564
4.1.8.	Crime praticado com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (art. 61, II, “g”).....	566
4.1.9.	Crime praticado contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida (art. 61, II, “h”)	566
4.1.10.	Crime praticado quando o ofendido estava sob imediata proteção da autoridade (art. 61, II, “i”)	567
4.1.11.	Crime praticado em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública ou desgraça particular do ofendido (art. 61, II, “j”)	568
4.1.12.	Crime praticado em estado de embriaguez preordenada (art. 61, II, “l”)	569
4.1.13.	Agravantes nos crimes praticados por duas ou mais pessoas (art. 62)	569
4.2.	Das atenuantes.....	570
4.2.1.	Menoridade (art. 65, I, 1ª parte).....	572
4.2.2.	Senilidade (art. 65, I, 2ª parte).....	572
4.2.3.	O desconhecimento da lei (art. 65, II)	573
4.2.4.	Motivo de relevante valor moral ou social (art. 65, III, “a”).....	573

4.2.5.	Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento reparado o dano (art. 65, III, “b”)	574
4.2.6.	Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima (art. 65, III, “c”)	575
4.2.7.	Ter o agente confessado espontaneamente perante a autoridade, a autoria do crime (art. 65, III, “d”)	575
4.2.8.	Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou (art. 65, III, “e”)	578
4.2.9.	Circunstâncias atenuantes inominadas (art. 66).....	579
5.	Terceira fase de aplicação da pena.....	580
5.1.	Concurso (homogêneo) de causas de aumento.....	582
5.2.	Concurso (homogêneo) de causas de diminuição.....	584
5.3.	Concurso (heterogêneo) de causas de aumento e de diminuição	584
6.	Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade.....	585
6.1.	Regime fechado.....	586
6.2.	Regime semiaberto	590
6.3.	Regime aberto.....	591
6.4.	Pena de reclusão.....	593
6.5.	Pena de detenção.....	594
6.6.	Pena de prisão simples.....	595
6.7.	Regime de cumprimento de pena do índio	596
6.8.	Regime especial para o cumprimento de pena pela mulher	596
6.9.	Fixação do regime inicial de cumprimento da pena e detração.....	596
6.10.	Sistema progressivo de cumprimento da pena privativa de liberdade	598
6.11.	Limite das penas.....	615
7.	Penas e medidas alternativas à prisão	617
7.1.	As penas restritivas de direitos.....	618
7.1.1.	Introdução	618
7.1.2.	Restritivas de direitos: espécies	618
7.1.3.	Restritivas de direitos: características.....	623
7.1.4.	Restritivas de direitos: requisitos.....	624
7.1.5.	Penas restritivas de direitos x crimes hediondos (ou equiparados)....	626
7.1.6.	Penas restritivas de direitos x delitos de ameaça, lesão corporal leve e constrangimento ilegal.....	627
7.1.7.	Penas restritivas de direitos x crime de roubo.....	628
7.1.8.	Penas restritivas de direitos x crimes militares.....	628

7.1.9.	Penas restritivas de direitos na Lei de Abuso de Autoridade.....	630
7.1.10.	Restritivas de direitos: regras da substituição	631
7.1.11.	Restritivas de direitos: conversão.....	632
7.2.	A pena de multa.....	635
7.2.1.	Introdução.....	635
7.2.2.	Aplicação da pena de multa	636
7.2.3.	Pagamento (voluntário) da multa.....	638
7.2.4.	Não pagamento da pena de multa	639
7.2.5.	Cumulação de penas de multa	641
7.2.6.	A multa e a Lei Maria da Penha.....	642
7.2.7.	Pena de multa e prestação pecuniária: distinções.....	642
7.3.	A suspensão condicional da pena (“sursis”).....	642
7.3.1.	Conceito e natureza jurídica	642
7.3.2.	Sistemas.....	643
7.3.3.	Espécies, requisitos e condições.....	645
7.3.4.	Revogação	649
7.3.5.	Cassação.....	651
7.3.6.	Prorrogação.....	651
7.3.7.	Extinção.....	652
7.4.	Livramento condicional	653
7.4.1.	Conceito e natureza jurídica	653
7.4.2.	Requisitos	654
7.4.2.1.	Objetivos	654
7.4.2.2.	Subjetivos.....	659
7.4.3.	Condições	660
7.4.3.1.	Obrigatórias.....	660
7.4.3.2.	Facultativas	661
7.4.4.	Concessão e execução	661
7.4.5.	Revogação	662
7.4.5.1.	Obrigatória.....	663
7.4.5.2.	Facultativa	664
7.4.6.	Prorrogação.....	664
7.4.7.	Extinção.....	666

► *Capítulo III*

CONCURSO DE CRIMES	667
1. Conceito.....	667
2. Sistemas de aplicação da pena para o concurso de crimes	668

3.	Concurso material	669
3.1.	Condenação a penas de reclusão e detenção	670
3.2.	Condenação a pena privativa de liberdade e restritiva de direitos.....	670
3.3.	Concurso material e penas restritivas de direitos.....	671
4.	Concurso formal.....	671
5.	Continuidade delitiva.....	675
5.1.	Crime continuado genérico ou comum.....	676
5.2.	Crime continuado específico	680
6.	Questões complementares.....	685
6.1.	Concurso de crimes e prescrição	685
6.2.	Concurso de crimes e suspensão condicional do processo.....	685
6.3.	Concurso de crimes e pena de multa.....	685
6.4.	Concurso de crimes e Juizados Especiais Criminais	686
6.5.	Concurso de crimes, prisão preventiva e fiança.....	686
6.6.	Concurso de crimes na execução penal.....	687

► *Capítulo IV*

DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	689	
1.	Conceito, fundamentos e finalidade das medidas de segurança	689
2.	Princípios informadores das medidas de segurança	690
3.	Espécies de medida de segurança	691
4.	Pressupostos da medida de segurança	692
5.	Aplicação das medidas de segurança	694
5.1.	Duração da medida de segurança	694
5.2.	Perícia médica.....	694
6.	Desinternação ou liberação condicional.....	695
7.	Reinternação do agente.....	695
8.	Conversão da pena em medida de segurança.....	696
9.	Internação cível	697
10.	Extinção da punibilidade e medida de segurança	698
11.	Medida de segurança provisória.....	700

► *Capítulo V*

EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	701	
1.	Introdução.....	701
2.	Efeitos extrapenais genéricos	702

2.1.	Tornar certa a obrigação de indenizar.....	702
2.2.	Confisco dos instrumentos e produtos do crime	704
2.2.1.	Confisco em decorrência do tráfico de drogas	707
2.2.2.	Confisco em decorrência da lavagem de capitais.....	709
2.3.	Confisco alargado.....	710
3.	Efeitos extrapenais específicos	713
3.1.	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	714
3.1.1.	Efeitos administrativos da condenação	714
3.1.2.	Efeitos políticos da condenação.....	715
3.2.	Incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela.....	720
3.3.	A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso	722
4.	Efeito da condenação na legislação extravagante	724
4.1.	Lei de Tortura	724
4.2.	Lei de Organização Criminosa	724
4.3.	Lei nº 7.716/89 – Preconceito Racial.....	724
4.4.	Lei de Lavagem de Capitais	724
4.5.	Lei de Falência	725
4.6.	Lei nº 10.695 – alteração ao Código de Processo Penal	725
4.7.	Lei de Abuso de Autoridade.....	725

► *Capítulo VI*

REABILITAÇÃO	729
1. Conceito e Cabimento	729
1.1. Assegurar sigilo das condenações	729
1.2. Suspensão condicional dos efeitos extrapenais específicos da condenação (art. 92 do CP).....	730
2. Requisitos	731
3. Revogação.....	732
4. Competência e recurso.....	732
5. Reabilitação e pluralidade de condenações	732

► *Capítulo VII*

AÇÃO PENAL	733
1. Introdução.....	733
2. Características do direito de ação.....	733
3. Condições da ação	734

4.	Classificação da ação penal.....	735
4.1.	Ação penal pública incondicionada	736
4.2.	Ação penal pública condicionada.....	738
4.2.1.	Da representação do ofendido	738
4.2.2.	Da requisição do Ministro da Justiça	741
4.3.	Ação penal de iniciativa privada	742
4.3.1.	Ação penal exclusivamente privada	743
4.3.2.	Ação penal privada personalíssima.....	746
4.3.3.	Ação penal privada subsidiária da pública	747
4.3.4.	Institutos que ensejam a extinção da punibilidade nos crimes perseguidos mediante ação penal privada.....	748
4.4.	Ação penal nos crimes complexos (art. 101 do CP)	750
4.5.	Ação penal nos crimes contra a honra	750
4.6.	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	752
	BIBLIOGRAFIA	757